



ÁGUAS DO  
PLANALTO

2017

RELATÓRIO  
E CONTAS

Águas do Planalto, S.A.

## ÍNDICE

ÍNDICE .....	2
SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES.....	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	5
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA .....	7
Breve Historial .....	7
Estrutura Acionista .....	8
Órgãos Sociais .....	8
MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO.....	9
missão.....	9
Visão .....	9
Valores.....	9
Objetivos Estratégicos.....	10
SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2017 .....	11
ENVOLVENTE EXTERIOR .....	11
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	11
ENQUADRAMENTO DO SETOR 2017.....	13
ENQUADRAMENTO LOCAL.....	17
Recursos Humanos.....	19
Regras Societárias .....	20
Factos Relevantes.....	21
Desempenho da Empresa .....	21
Organização, Processos e Sistemas.....	26
ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA .....	27
Análise de Gastos e Rendimentos.....	27
Análise do Balanço .....	30
Indicadores.....	31
PERSPETIVAS PARA O FUTURO .....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	33
OUTRAS INFORMAÇÕES.....	34
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	35
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E RESPECTIVOS ANEXOS .....	36





## SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

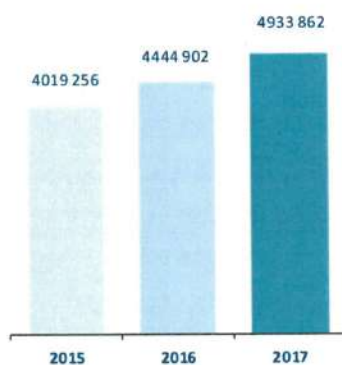
### Indicadores Financeiros

		2015	2016	2017
Capital Social	Eur	2 675 000	2 675 000	2 675 000
Capital Próprio	Eur	4 019 256	4 444 902	4 933 862
Ativo Líquido Total	Eur	29 835 623	28 105 372	26 525 452
Investimento	Eur	111 639	127 864	239 195
Volume de Negócios	Eur	6 237 139	6 348 838	6 668 008
EBITDA Ajustado ( <i>Cash Flow</i> Operacional)	Eur	3 730 083	3 696 354	3 954 830
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	2 372 406	2 413 126	2 450 024
Resultados Antes de Impostos	Eur	1 771 504	1 828 807	1 995 269
Resultado Líquido do Exercício	Eur	1 351 154	1 403 780	1 524 061
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	33,62%	31,58%	30,89%
Rentabilidade do Ativo	%	4,53%	4,99%	5,75%
Autonomia Financeira	%	13,47%	15,82%	18,60%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	nº	51	56	55

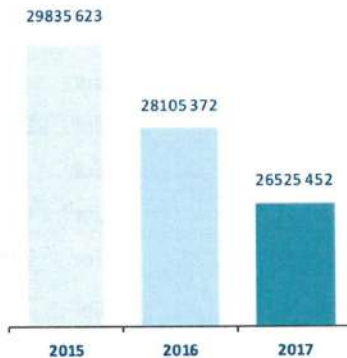
### Indicadores de Atividade

		2015	2016	2017
Nº de Clientes	nº	34 672	34 624	34 841
Nº de Municípios Abastecidos	nº	5	5	5
Área Geográfica Abrangida	Km2	1 051	1 051	1 051
População Residente na Área Abrangida	nº	72 056	72 056	72 056
População Servida	nº	67 814	67 814	67 814
Volume de Água Produzida	(10 <sup>3</sup> m3)	3 358	3 345	3 545
Volume de Água Vendida	(10 <sup>3</sup> m3)	2 594	2 592	2 826

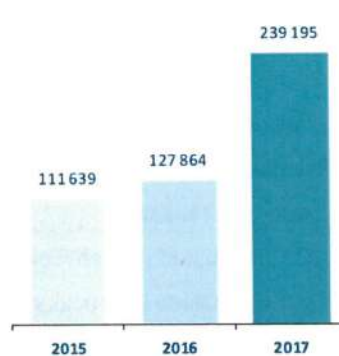
Capital Próprio (€)



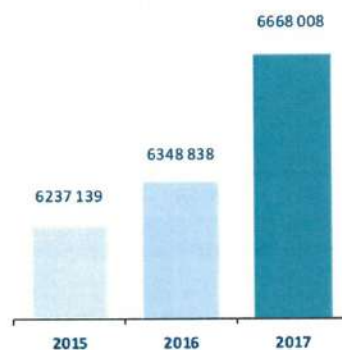
Ativo Líquido Total (€)



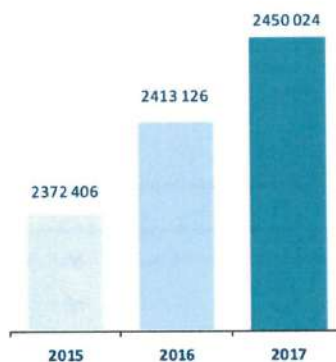
Investimento (€)



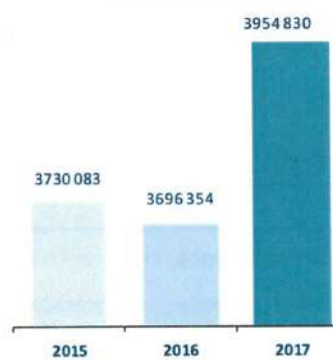
Volume de Negócios (€)



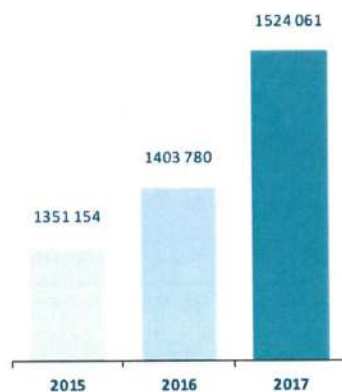
EBIT (Resultado Operacional) (€)



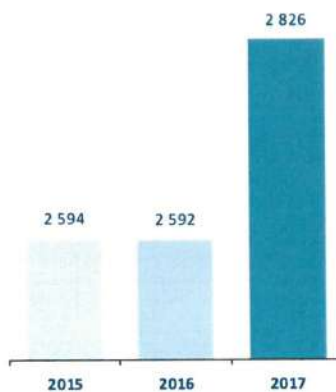
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional) (€)



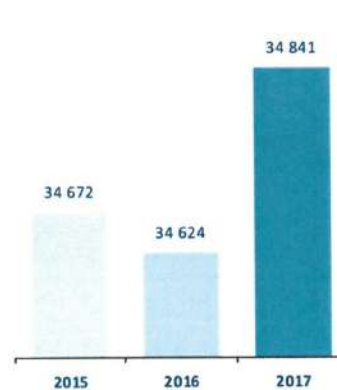
Resultado Líquido do Exercício (€)



Volume de Água Vendida (x1000 m3)



Nº de Clientes





## MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano 2017 fica marcado pelos trágicos incêndios de outubro, que vieram a condicionar a normal atividade da empresa no último trimestre do ano. A Administração ciente da sua responsabilidade social adotou medidas de apoio às populações afetadas dos cinco Municípios abrangidos pela concessão.

O ano de 2017 foi atípico no que diz respeito à precipitação registada, os níveis estiveram abaixo do normal e o período de seca estendeu-se praticamente até dezembro, várias regiões do País registaram níveis de seca severa ou extrema. Este enquadramento contribuiu para um aumento dos níveis de água faturada. A Águas do Planalto registou também um ligeiro aumento de clientes, este aumento, que contraria a tendência dos últimos anos, também demonstra a capacidade que os Municípios tiveram em fixar novos habitantes na região e pode também ter sido provocado pela escassez de água registada em toda a região.

Contudo o sistema construído continua a ser penalizado pelo elevado número de habitações sem ligação à rede de abastecimento, o aumento da adesão ao serviço revela-se como um dos maiores desafios para a Concessionária e para a Concedente. Importa transmitir às populações a necessidade de usufruírem da elevada qualidade de água que os avultados investimentos realizados permitem garantir, trata-se não só de uma questão de eficiência económica, mas principalmente de saúde pública da região.

A Águas do Planalto em 2017 apresentou resultados financeiros positivos, são estes resultados que permitem fazer face às suas obrigações, decorrentes do Contrato de Concessão, com todos os seus stakeholders, quer ao nível do cumprimento do serviço da dívida relacionada com os investimentos executados na construção de todo o sistema de abastecimento, quer em relação aos compromissos com os seus Acionistas e principalmente para com a Concedente e os seus Clientes.

A par de uma informação crescente e cuidada acerca da necessidade de garantir a qualidade de água constante em casa dos Clientes, como desígnio dos próximos anos a empresa terá de, em conjunto com a Concedente, implementar um ambicioso plano de gestão de infraestruturas, com especial foco na renovação das redes de abastecimento. Apesar do investimento ser da responsabilidade direta da Concedente, a Águas do Planalto, como até aqui, estará sempre empenhada em aumentar os níveis de eficiência e manter os elevados níveis de qualidade de serviço aos Clientes.

A qualidade de serviço, decorrente da avaliação por parte da Entidade Reguladora, continua a alcançar níveis de excelência, demonstrando uma permanente dedicação à qualidade de vida das populações servidas, dedicação esta que é transversal a toda a organização.

Durante o ano de 2017, decorreram negociações com vista ao reequilíbrio económico financeiro do contrato e para permitir a adaptação do contrato de concessão ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão dos resíduos urbanos, nos termos do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto e às Recomendações Tarifárias da ERSAR, que esperamos sejam concretizadas durante 2018.

O trabalho desenvolvido durante o ano de 2017 não se esgotou nesse período, foi um investimento que esperamos que continue a dar resultados positivos para todos nos próximos anos. A Águas do Planalto está

comprometida em servir os seus clientes com elevados padrões de qualidade, numa parceria cada vez mais estreita com a Associação de Municípios do Planalto Beirão e a colaboração das diversas entidades que fazem com que o nosso trabalho se possa tornar cada vez melhor.

O Presidente do Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira



## APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

### BREVE HISTORIAL

A ÁGUAS DO PLANALTO foi constituída em maio de 1997. Tendo iniciado a operação do sistema de abastecimento e distribuição de água em junho de 1998.

A Empresa tem por Missão a Exploração e Gestão, em regime de concessão, dos Serviços de Abastecimento e Distribuição de água dos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela.

A Exploração e Gestão dos Serviços referidos abrangem a Conceção e Construção das Obras Anexas à Concessão. As Obras Anexas à Concessão são constituídas pelo sistema integrado de Abastecimento de Água em Alta que compreende nomeadamente uma Barragem de Reserva e Captação, Estações de Tratamento e Bombagem, Reservatórios, condutas Adutoras e um Sistema de Controlo e Comando e, por um conjunto de intervenções nos sistemas existentes.

O Contrato de Concessão foi assinado em novembro de 1997, em regime de concessão exclusiva por 15 anos, para a exploração e gestão do sistema de abastecimento e distribuição de água, aos municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela.

A 13 de dezembro de 2007 foi assinado um novo aditamento ao Contrato de Concessão que estabeleceu: (i) o pagamento de uma parcela fixa de 22.250.000 euros (realizado em 2007) destinado a compensar os investimentos realizados pela concedente; (ii) uma renda anual de 65.000 euros a partir de Janeiro de 2008 com atualizações de acordo com o contrato de concessão; (iii) a extensão do período da Concessão para 30 anos e; (iv) a obrigação para a Concessionária, de realizar investimentos em renovação de infraestruturas da concessão, no montante de 2.750.000 euros.



## ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas do Planalto é uma empresa com um capital de 2.675.000 euros detido a 100% pela Aquapor-Serviços, S.A.

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### ▪ Mesa da Assembleia Geral:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;

Dr.ª Joana Sofia Lopes Gonçalves Névoa – Secretária.

### ▪ Conselho de Administração:

Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira;

Dr. José António Ferreira dos Santos – Vogal;

Eng.º Narciso Antero Santinha Matias – Vogal.

### ▪ Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst&Young Audit&Associados–SROC,S.A.

Suplente do Fiscal Único: Dr. Luis Miguel Gonçalves Rosado





## MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

### MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água de forma eficiente, garantindo a quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

### VISÃO

Ser uma Concessão que se constitua como benchmark nacional na relação custo/eficiência do serviço. Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Utilizadores e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

### VALORES

A ÁGUAS DO PLANALTO pretende manter uma cultura própria – transversal ao GRUPO AQUAPOR – através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;
- Estabilidade.



*Handwritten signature*

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

### GLOBAL:

- Cumprir o Contrato de Concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao Contrato de Concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

### RECURSOS HUMANOS:

- Potenciar a atividade dos Colaboradores para a criação de valor;
- Otimizar a Formação dos Colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

### ÁREA TÉCNICA:

- Garantir adequada qualidade da água distribuída;
- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Reduzir as perdas de água na rede.

### ÁREA COMERCIAL:

- Promover a excelência na qualidade do serviço contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos nossos Utilizadores;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;
- Desenvolver novos serviços procurando a satisfação do Utilizador;

### ÁREA FINANCEIRA:

- Maximizar a criação de valor;
- Otimizar os rendimentos operacionais;
- Otimizar os gastos da estrutura.



## SINTESE DE ATIVIDADE EM 2017

### ENVOLVENTE EXTERIOR

### ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

#### Geral

Em 2017, a economia portuguesa cresceu mais que o conjunto dos países da região do euro, o que já não acontecia desde 1999. Sendo os principais motores de crescimento, as exportações, o consumo das famílias e o investimento.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro que atingiram mínimos históricos e continuam negativas para os valores de referência a três e seis meses; ambas as taxas tiveram uma redução de 0.013p.p e 0.042p.p. respetivamente.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2015	2016	2017
Euribor 1M	-0,23%	-0,37%	-0,37%
Euribor 3M	-0,13%	-0,32%	-0,33%
Euribor 6M	-0,04%	-0,22%	-0,26%
Euribor 12M	0,06%	-0,08%	-0,15%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O **preço do petróleo** apresentou um crescimento superior a 20% face ao ano anterior, interrompendo a tendência descendente observada no período 2013-2016. O preço do petróleo em média em 2017 situou-se em 48.2Euros/Barril.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, o aumento do preço do petróleo tem um impacto negativo sobre o crescimento do PIB, através do aumento dos preços da importação de matérias primas, de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços no consumidor reflete quer o efeito direto proveniente do aumento do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante do aumento do custo de produção de outros bens.

## Portugal

Em 2017, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de 1.4%, o que representa um aumento de 0.8p.p face aos valores de 2016.

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em 1.6%, (aumento de 1.0p.p. face ao ano de 2016).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2015	2016	2017
PIB	1,6%	1,5%	2,7%
IPC	0,5%	0,6%	1,4%
IHPC	0,5%	0,6%	1,6%
Desemprego	12,4%	11,1%	8,9%
Consumo Privado*	2,6%	2,1%	2,2%
Consumo Público*	0,8%	0,6%	0,1%
Exportações*	6,1%	4,1%	7,7%
Importações*	8,2%	4,1%	7,5%

Fonte: Banco de Portugal e INE

\* Dados Dezembro de 2017

A taxa média de **desemprego** em 2017 ascendeu a 8.9%, menos 2.2p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2015	2016	2017
Média Tensão	161	165	167
Baixa Tensão Especial	175	180	182
Baixa Tensão Normal	146	150	152

Fonte: ERSE;

Em 2017, o PIB registou um aumento de 2,7%, continuando a economia portuguesa a apresentar um perfil de crescimento já iniciado em 2013. Para esta evolução contribuiu o aumento do investimento e das exportações de bens e serviços, com destaque para o setor do turismo e do consumo privado, pela recuperação do mercado de trabalho, com um crescimento do emprego.

A tendência favorável da procura externa dirigida à economia portuguesa; a esperada manutenção das taxas de juro em níveis muito reduzidos, embora em ascensão; preços do petróleo acima de mínimos recentes, mas com evolução que se espera contida, sustentará o maior dinamismo da economia portuguesa projetado para os próximos anos.

## ENQUADRAMENTO DO SETOR 2017

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

### Portugal - Atividade do Setor

Existem atualmente em Portugal 432 entidades gestoras, das quais 269 com atividade de abastecimento público de água, em “alta” e “baixa”, excluindo-se cerca de 61 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 266 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 279 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2017), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No panorama dos serviços de abastecimento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter a única concessão multimunicipal atribuída no setor.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Nos serviços de saneamento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter uma das duas concessões municipais atribuída no setor.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	5	5	12
Concessões Municipais	1	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-	-
Serviços Municipais	1	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>23</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2017



Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 319 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo 2,9 milhões de habitantes e 183 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 22 concelhos, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e 33 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 191 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 20 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	28	23	1
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	17
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	61	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	18	7
Serviços Municipais	183	191	229
<b>TOTAL</b>	<b>319</b>	<b>257</b>	<b>256</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2017

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento em baixa, entre as 29 concessões existentes, a Aquapor detém 10, representando 40,53% em termos do número de alojamentos servidos por concessões:

Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m³)	Água não facturada (%)
<b>GRUPO AQUAPOR</b>	10	394	53.919	17,5%
Concessões Municipais	29	973	111.621	22,07%
País	258	5.594	810.731	39,55%

No que se refere à **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2017), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediantemente urbanas, considerado apenas como mediano.



Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	95%	Área mediantemente urbana	81%
Área predominantemente rural	92%	Área predominantemente rural	70%

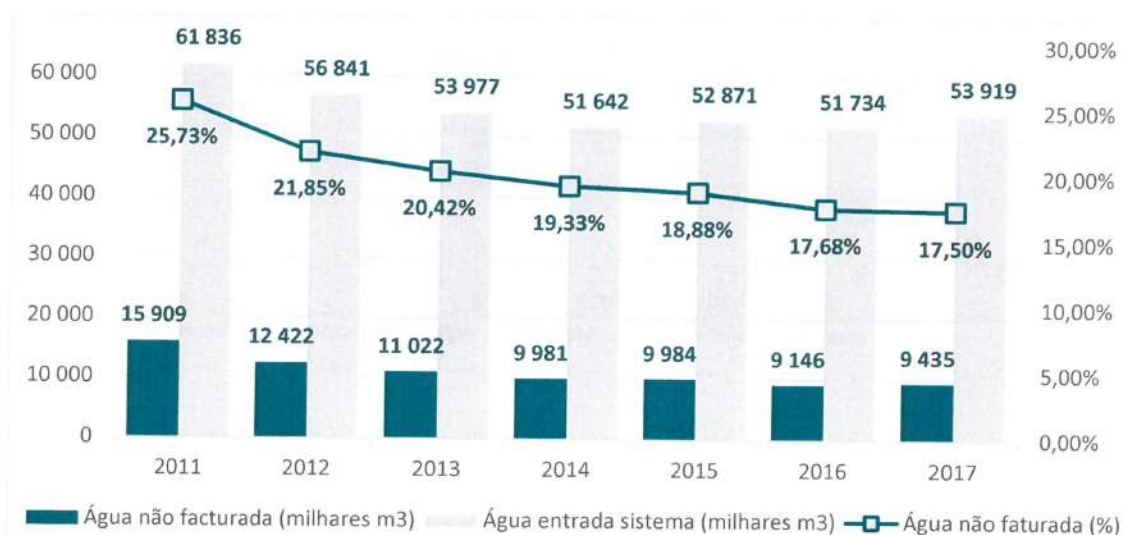
Fonte: ERSAR, RASARP, 2017

Quanto a **água não faturada**, segundo o RASARP 2017, a média continental foi de 29,76%, enquanto que a média do Grupo Aquapor foi de 17,5%. O gráfico seguinte compara as perdas de água da Aquapor com os valores registados no panorama Nacional e nas restantes concessões municipais.

A tabela seguinte reflete a evolução da Aquapor ao longo dos últimos anos, sendo evidente a diminuição da água não faturada, que tem vindo a ser continuamente registada:

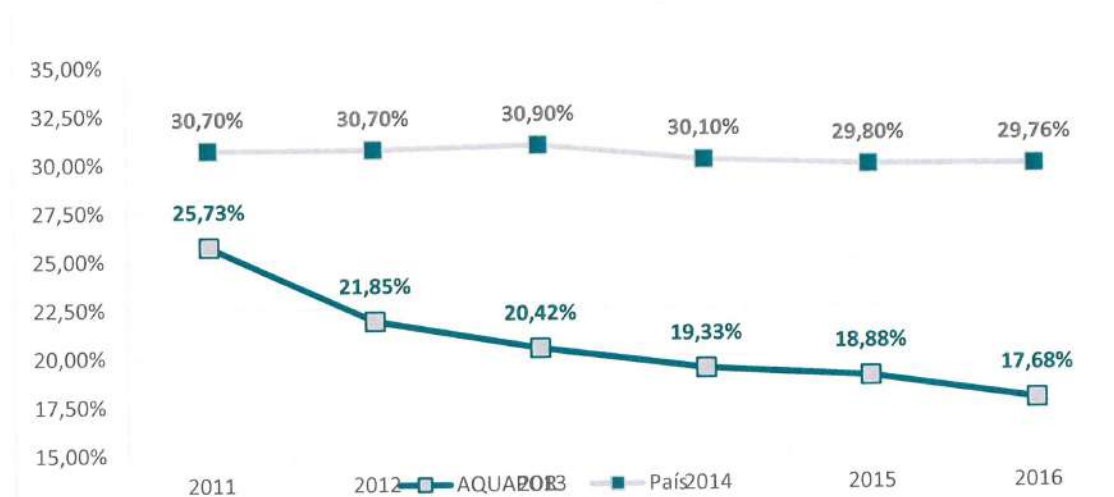
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 919
Água não facturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 435
Água não faturada (%)	25,73%	21,85%	20,42%	19,33%	18,88%	17,68%	17,50%
Clientes (Nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407

(\*) Valores em milhares m<sup>3</sup>

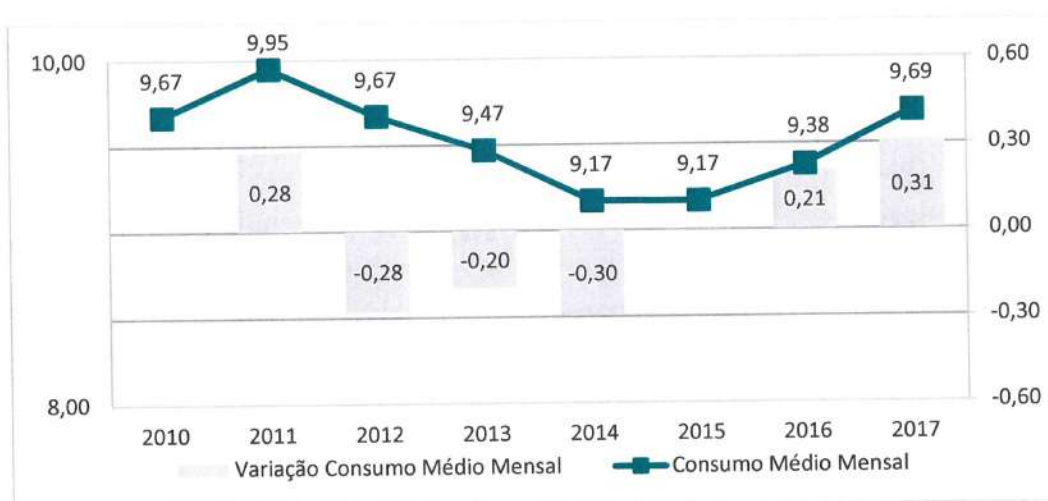




Comparando a evolução da água não faturada com a média do País dos últimos anos:



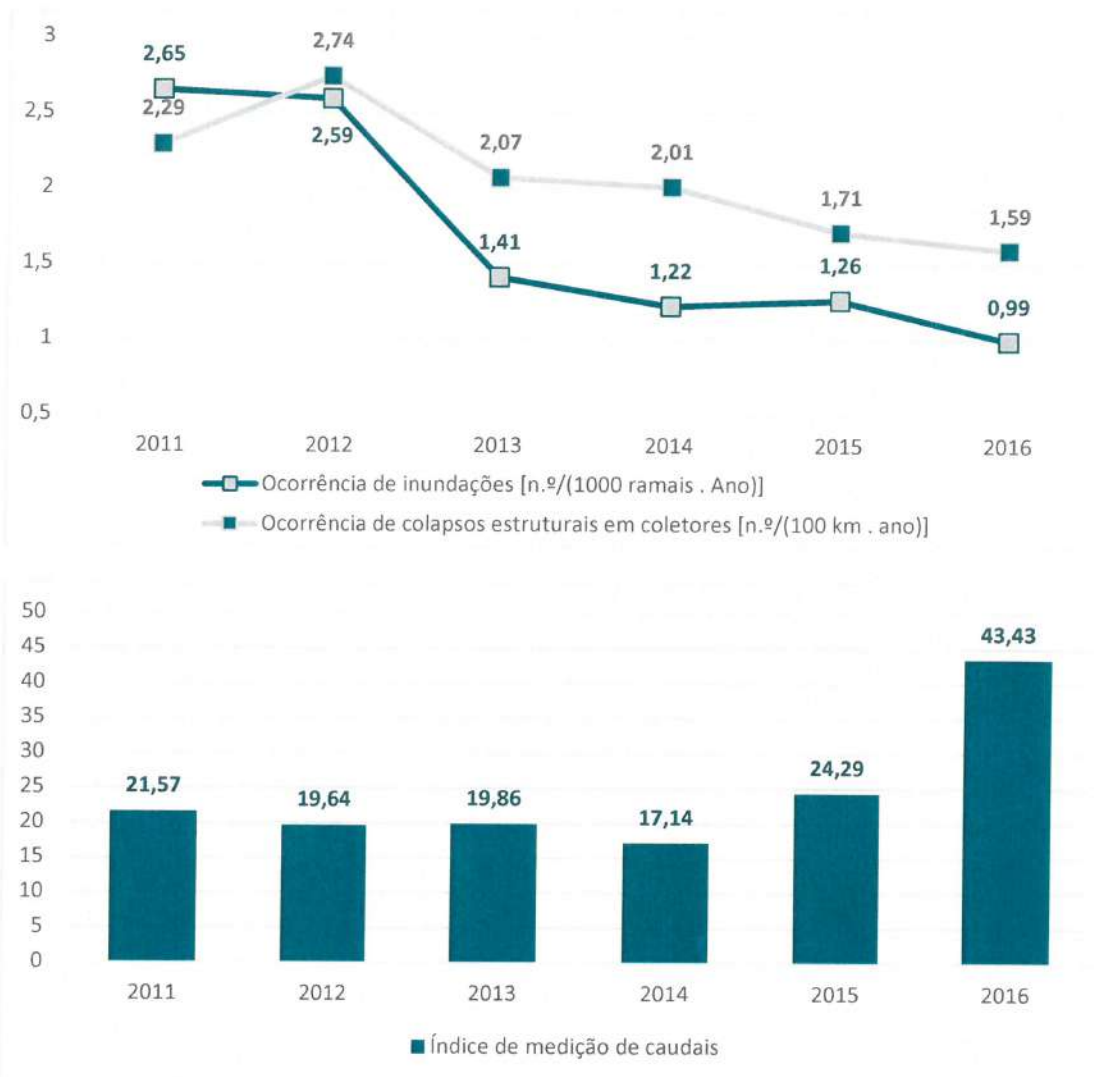
Quanto ao **consumo**, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um acréscimo de 0,31 m<sup>3</sup>/Cliente/mês, situando-se em 9,69 m<sup>3</sup>/Cliente/mês:



Na vertente de águas residuais, o Grupo Aquapor tem realizado um investimento considerável a diversos níveis, desde a reabilitação e renovação de infraestruturas, passando pela criação e aquisição de equipamentos e ferramentas de suporte e gestão, até à valorização de competências e conhecimento dos seus técnicos. Este esforço é traduzido pela melhoria de alguns indicadores da atividade, entre os quais:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ocorrência de inundações [n.º/(1000 ramais . Ano)]	2,65	2,59	1,41	1,22	1,26	0,99
Ocorrência de colapsos estruturais em coletores [n.º/(100 km . ano)]	2,29	2,74	2,07	2,01	1,71	1,59
Controlo de descargas de emergência (%)	63,0%	44,6%	47,7%	47,9%	51,0%	68,0%
Índice de medição de caudais	21,57	19,64	19,86	17,14	24,29	43,43

*Handwritten signature and initials*



Os dados referentes ao ano de 2017 ainda não foram disponibilizados pelo ERSAR.

## ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas do Planalto, S.A., é concessionária por um período de 30 anos em regime de exclusividade dos Serviços de Abastecimento e Distribuição de água dos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, que abrange uma área geográfica de 1.051 km<sup>2</sup>.

A Exploração e Gestão dos Serviços referidos incluíam a Conceção e Construção das Obras Anexas à Concessão, já plenamente executadas e em exploração. As Obras Anexas à Concessão são constituídas pelo sistema integrado de Abastecimento de Água em Alta que compreende nomeadamente uma Barragem de Reserva e Captação, Estações de Tratamento e Bombagem, Reservatórios, Condutas Adutoras e um Sistema de Controlo e Comando e, por um conjunto de intervenções nos sistemas existentes.

A população servida, nos cinco municípios, é de 67.814 habitantes. Existe uma grande dispersão geográfica (1.051km<sup>2</sup>), razão pela qual existem ainda várias origens de água, designadamente nos Municípios de Mortágua e Tábua.



O abastecimento aos Municípios de Carregal do Sal, parte de Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela é assegurado pelo novo sistema em alta, com origem de captação na Barragem do Paúl.

A área de concessão é predominantemente rural.

A implantação comercial e industrial é baixa apresentando um peso de 7% no número de Utilizadores e 15% no volume de água vendida.

Os Utilizadores são maioritariamente do tipo doméstico (90%).

Os consumos médios verificados são muito baixos, cerca de 6,7m<sup>3</sup> por mês.

### Regulação

A atividade desenvolvida no âmbito da Concessão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água, está regulada por:

- Contrato de Concessão de exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água dos concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, estabelecido com a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) em julho de 1997 e renegociado em dezembro de 2007, passando o prazo de concessão para 30 anos, terminando no ano 2028.

O Tarifário do Sistema de Abastecimento de Água é revisto de acordo com a fórmula de revisão de preços constante no Contrato de Concessão.

O Regulamento do Serviço de Distribuição de Água, estabelece e define as regras e condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial de água na área de intervenção da Águas do Planalto. Este regulamento pretende dar resposta ao estabelecido no contrato de concessão em termos de definição das relações contratuais entre a empresa e os utentes.

- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR; entidade reguladora da atividade do abastecimento público de água às populações. Anualmente a Concessionária é alvo de auditoria por parte do Regulador;

- Com uma periodicidade anual, a Águas do Planalto, enquanto Entidade Gestora, tem como responsabilidade, submeter à aprovação da ERSAR o plano de controlo da qualidade da água (PCQA) para o ano seguinte e proceder ao preenchimento da base de dados visando a “Avaliação de Desempenho Entidades Gestoras”.

- Delegações de Saúde Concelhias no âmbito da vigilância da qualidade de água para consumo humano.

- Agência Portuguesa do Ambiente no âmbito do licenciamento e concessões das captações de água para abastecimento e da gestão dos recursos hídricos.

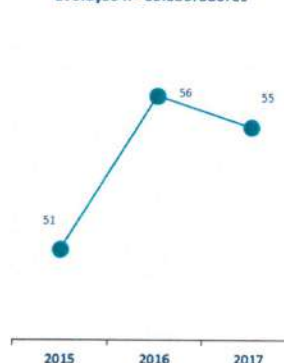
## RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2017 a empresa tinha 55 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

### Colaboradores

	2015	2016	2017	Var. %
Contrato sem Termo	34	36	36	0%
Contrato Termo Certo	4	7	6	-14%
Requisitados	13	13	13	0%
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>56</b>	<b>55</b>	<b>-2%</b>

Evolução nº Colaboradores

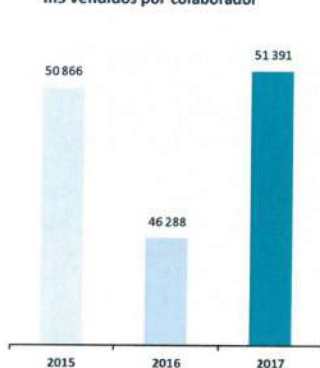


### Saídas e Admissões

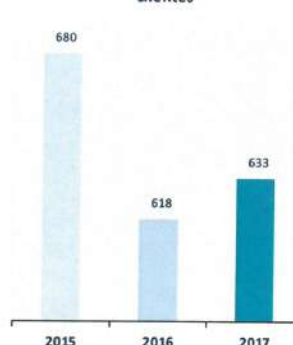
	2015	2016	2017	Var. %
Admissões	2	6	2	-67%
Saídas	3	1	3	200%
<b>Total</b>	<b>(1)</b>	<b>5</b>	<b>(1)</b>	<b>-120%</b>

O número de colaboradores diminuiu em relação ao ano anterior, registrando-se duas admissões e três saídas. Em termos de eficiência dos recursos humanos verifica-se de 2016 para 2017, um aumento ao nível dos m3 vendidos por n.º de colaborador e uma evolução positiva do rácio nº de colaboradores por cada 1000 clientes.

m3 vendidos por colaborador



nº colaboradores por 1000 clientes





## REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social.

A Assembleia Geral reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne pelo menos uma vez por mês.

A gestão corrente da sociedade é realizada por um Administrador Executivo.

As regras definidas pela AQUAPOR, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.



For  
R

## FACTOS RELEVANTES

O ano 2017 fica marcado pelos trágicos incêndios de outubro, que vieram a condicionar a normal atividade da empresa no último trimestre do ano. A Administração ciente da sua responsabilidade social adotou medidas de apoio às populações afetadas dos 5 municípios da área de concessão.

Por outro lado, o ano 2017 ficou igualmente marcado por alterações climatéricas face a anos anteriores: temperaturas elevadas e ausência de precipitação.



## DESEMPENHO DA EMPRESA

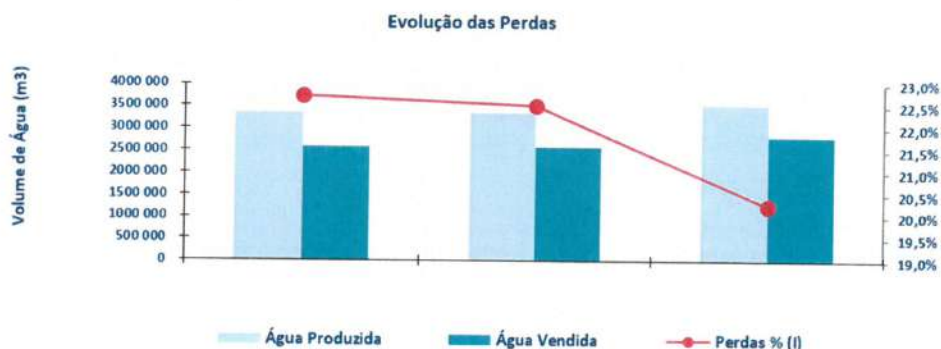
Durante o ano 2017 não se registaram anomalias graves no abastecimento de água às populações abrangidas pela concessão.

No ano 2017 assinalamos um aumento de 9% no volume de água vendida.

### Volume de Água (m3)

	2015	2016	2017	Var. %
Água Produzida	3 357 885	3 345 095	3 544 561	6%
Água Vendida	2 594 179	2 592 102	2 826 486	9%
<b>Perdas % (I)</b>	<b>22,7%</b>	<b>22,5%</b>	<b>20,3%</b>	<b>-10%</b>

(I) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional



## Manutenção do Sistema

Todas as atividades de manutenção e conservação dos sistemas, sob gestão da Concessionária, foram asseguradas.





## Roturas na Rede

O número de roturas na rede de distribuição de água mantém-se elevado, tendo-se registado 1.410 roturas durante o ano.

O Município de Tábua mantém-se como o local de maior índice de ocorrências, representando 36%. A persistência de elevados números de roturas reforça a necessidade de a Entidade Concedente proceder à renovação das redes de distribuição.

### Roturas

	2015	2016	2017	Var. %
Roturas	1 295	1 298	1 410	9%



## Sistema de Controlo de Qualidade

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água de acordo com o Decreto-Lei nº 306/2007 de 27 de agosto, com a realização de análises aos seguintes parâmetros:

### Tipos de análises

	2017
Controlo Rotina 1	879
Controlo Rotina 2	1 006
Controlo Inspeção	646
Parâmetros individuais	1 188

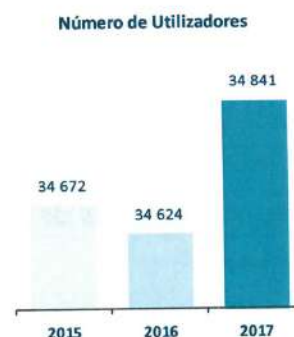


## Área Comercial

Em 2017 a Empresa registou um aumento de 0,6% no N.º de Utilizadores, face ao ano anterior. No gráfico seguinte podemos verificar a evolução do N.º de Utilizadores:

### Utilizadores

	2015	2016	2017	Var. %
Total de Utilizadores	34 672	34 624	34 841	0,6%



### Novos Contratos:

A empresa celebrou 1.685 contratos de fornecimento de água.

#### Contratos Celebrados

	2015	2016	2017	Var. %
Contratos Celebrados	1 142	1 266	1 685	33%



### Denúncias de contrato:

A empresa registou 1.468 denúncias de contratos de fornecimento de água.

#### Denúncias de Contrato

	2015	2016	2017	Var. %
Denúncias de Contrato	1 141	1 314	1 468	12%



### Outras ações:

A empresa continuou a aprofundar a sua **política de proximidade com os Utilizadores**, potenciando a notoriedade e preocupação social da Concessionária, continuando a promover ações com vista à celebração de contratos de fornecimento de água através de contacto direto com os Utilizadores.

A **campanha de divulgação sobre a obrigatoriedade de ligação** mencionando os benefícios ambientais e de saúde pública, bem com informação sobre as eventuais coimas a aplicar aos infratores, continuou a ser uma tarefa quotidiana da Concessionária.

A **campanha de sensibilização da população sobre os benefícios do consumo de água da rede pública de abastecimento** continuou a permitir potenciar a imagem da empresa

Todos os Colaboradores, enquanto funcionários da empresa e membros da comunidade local, continuam a sua ação de incutir na população um espírito pedagógico, que permita atuar sobre a urgência **de saber gerir a água** e, sobre os benefícios do consumo de água tratada e controlada distribuída na rede pública.

O Programa de Controlo Ativo de Perdas permitiu uma **redução do nível de perdas de água**.

*Handwritten signature*



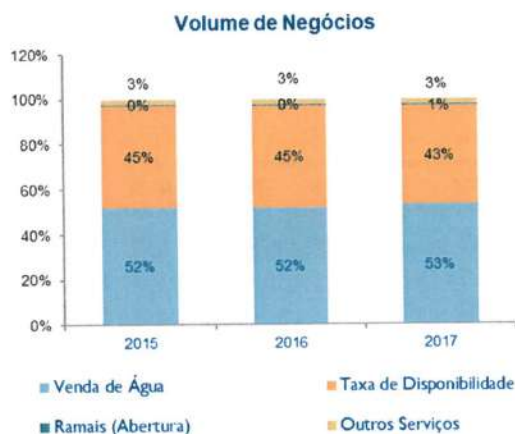
## Volume de Negócios:

A Concessionária atingiu um **Volume de Negócios de 6.668.008€**.

A empresa registou um crescimento de 5%, face ao ano anterior.

### **Vendas e Prestações de Serviços**

	2015	2016	2017	Var. %
Venda de Água	3 234 017	3 291 923	3 562 877	8%
Taxa de Disponibilidade	2 819 889	2 858 328	2 884 812	1%
<b>Total Vendas Variável + Fixa</b>	<b>6 053 905</b>	<b>6 150 252</b>	<b>6 447 689</b>	<b>5%</b>
Ramais (Abertura)	23 603	30 844	40 811	32%
Outros Serviços	159 632	167 743	179 508	7%
<b>Total das Prestações de Serviços</b>	<b>183 234</b>	<b>198 586</b>	<b>220 319</b>	<b>11%</b>
<b>Total de Volume de Negócios</b>	<b>6 237 139</b>	<b>6 348 838</b>	<b>6 668 008</b>	<b>5%</b>



## Decomposição do Valor da Venda de Água, por tipo de consumo:

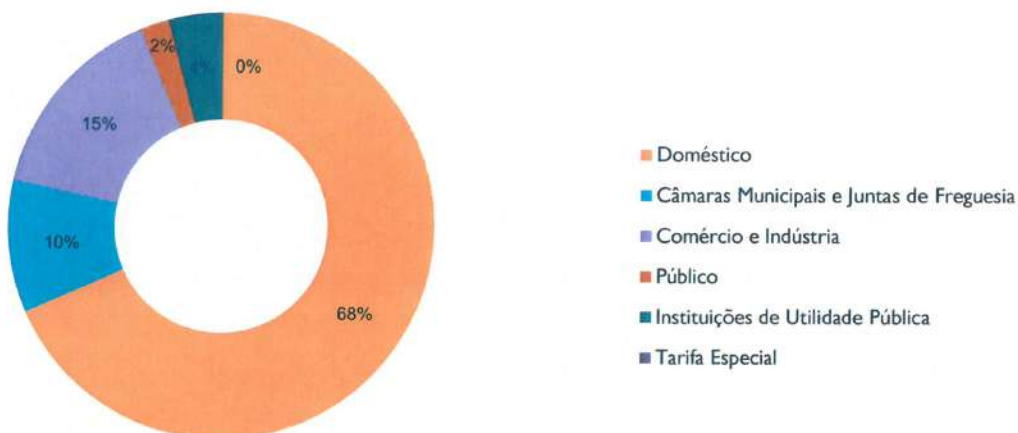
Os Utilizadores Domésticos têm um peso de 90% no conjunto total de contratos existentes, e um peso de 68% no volume de água vendido. Este cenário tem-se mantido constante ao longo dos anos.

### **Tipo de Cliente**

	Volume Vendido (m3)	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	1 932 737	68%	2 390 292	124%	31 309	90%
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	285 462	10%	731 573	256%	772	2%
Comércio e Indústria	430 468	15%	198 891	46%	2 285	7%
Público	60 621	2%	82 739	136%	104	0%
Instituições de Utilidade Pública	116 660	4%	159 005	136%	361	1%
Tarifa Especial	538	0%	377	70%	10	0%
<b>Total</b>	<b>2 826 486</b>		<b>3 562 877</b>		<b>34 841</b>	

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Tipo de Cliente



#### Modalidades de pagamento utilizadas:

As modalidades de pagamento disponíveis são a transferência bancária, multibanco, PagaAqui, Agentes Locais de Cobrança e o posto de atendimento da empresa.

Desde 2012 está também disponível a fatura eletrónica.

Registámos um forte crescimento nos pagamentos através de débito direto.

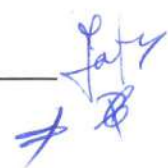
#### Modalidade de Pagamento

	2015	2016	2017	Var. %
Posto de Atendimento e Agentes	62 768	64 806	62 384	-4%
Transferência Bancária	96 954	98 515	101 186	3%
Multibanco	61 446	72 628	70 773	-3%
Payshop	20 805	10 454	10 660	2%
<b>Total</b>	<b>241 973</b>	<b>246 403</b>	<b>245 003</b>	

#### Distribuição geográfica do consumo:

O Concelho de Mortágua continua a apresentar o índice de “consumo médio” mais elevado da área de concessão, sendo que o Município de Tábua surge com o “consumo médio” mais baixo.

Em termos comparativos com o ano 2016 registamos um acréscimo do nível de consumo médio.



## Distribuição Geográfica do Consumo

	Volume Vendido (m3)	Venda de Água (€)	Nº de Utilizadores	Consumo Médio Mensal (m3)
Carregal do Sal	400 542	493 307	5 652	5,91
Mortágua	568 213	749 437	5 151	9,19
Santa Comba Dão	475 001	598 373	6 131	6,46
Tábua	441 829	548 029	6 306	5,84
Tondela	940 901	1 173 732	11 601	6,76
<b>Total</b>	<b>2 826 486</b>	<b>3 562 877</b>	<b>34 841</b>	

### Consumo médio:

A Concessionária regista um consumo médio mensal muito baixo (6,7m<sup>3</sup>). A **área de concessão é predominantemente rural**, dispondo os Utilizadores fontes alternativas de abastecimento (poços e furos). Por outro lado, há muitos Utilizadores sazonais, que só utilizam o imóvel em época de férias.

### Consumo médio

	2015	2016	2017	Var. %
Consumo médio	5,88	6,24	6,76	8%

### Ramais domiciliários executados:

A Concessionária executou 93 ramais domiciliários.

### Ramais executados

	2015	2016	2017	Var. %
Ramais executados	66	75	93	24%

## ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

### Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos a Empresa tem o modelo estabelecido consolidado, atendendo à especificidade da Concessão – 5 Municípios dispersos por uma área territorial de cerca de 1.051 km<sup>2</sup>.

### Sistemas de Informação

As ferramentas informáticas de apoio à Concessionária encontram-se perfeitamente consolidadas.

O **Atendimento Telefónico** continua a destacar-se como o meio privilegiado pelos Utilizadores para o contacto com a empresa.

Apesar da área de concessão ser predominantemente rural a adesão à **fatura eletrónica** conta com uma adesão de 15%.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



### Relações com o Concedente

As relações com a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão desenrolaram-se de forma próxima e cooperativa no cumprimento do Contrato de Concessão.

### Relações com Outros Interessados no Desempenho da Sociedade

Nas relações com a comunidade a Concessionária privilegiou o contacto com Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Delegados de Saúde.

A empresa prosseguiu a sua política de **proximidade com a comunidade escolar**, tendo recebido várias visitas de estudo às suas instalações, com maior destaque para a Estação de Tratamento de Água de Mosteiro de Fráguas e Barragem do Paul.

## ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

### Nota introdutória

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas do Planalto, S.A., no exercício de 2017, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

### ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa gerou no ano de 2017, um Resultado Líquido positivo de 1.524.061 euros, que representa um aumento de 120 milhares de euros face ao ano anterior.

## Demonstração dos Resultados

(em euros)

	2015	2016	2017	Var. %
Vendas	6 053 905	6 150 252	6 447 689	5%
Prestações de Serviços	183 234	198 586	220 319	11%
<b>Volume de Negócios</b>	<b>6 237 139</b>	<b>6 348 838</b>	<b>6 668 008</b>	<b>5%</b>
CMVMC	44 945	38 730	44 727	15%
Fornecimentos e Serviços Externos	1 682 106	1 652 684	1 599 129	-3%
Gastos com o Pessoal	942 769	960 748	1 002 743	4%
Outros Resultados Operacionais	173 656	110 859	(52 519)	-147%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)</b>	<b>3 740 975</b>	<b>3 807 536</b>	<b>3 968 890</b>	<b>4%</b>
Amortizações	1 368 569	1 394 410	1 518 866	9%
<b>Resultado operacional (RO)</b>	<b>2 372 406</b>	<b>2 413 126</b>	<b>2 450 024</b>	<b>2%</b>
Resultados Financeiros	(600 902)	(584 319)	(454 756)	22%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>1 771 504</b>	<b>1 828 807</b>	<b>1 995 269</b>	<b>9%</b>
Imposto Sobre o Rendimento	420 350	425 027	471 207	11%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>1 351 154</b>	<b>1 403 780</b>	<b>1 524 061</b>	<b>9%</b>

## Demonstração dos Resultados

(em euros)

	2015	2016	2017	Var. %
<b>EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional)</b>	<b>3 730 083</b>	<b>3 696 354</b>	<b>3 954 830</b>	<b>7%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>60%</b>	<b>58%</b>	<b>59%</b>	<b>1,09 p.p.</b>
<b>EBIT (Resultado Operacional)</b>	<b>2 372 406</b>	<b>2 413 126</b>	<b>2 450 024</b>	<b>2%</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>38%</b>	<b>38,0%</b>	<b>36,7%</b>	<b>-1,27 p.p.</b>

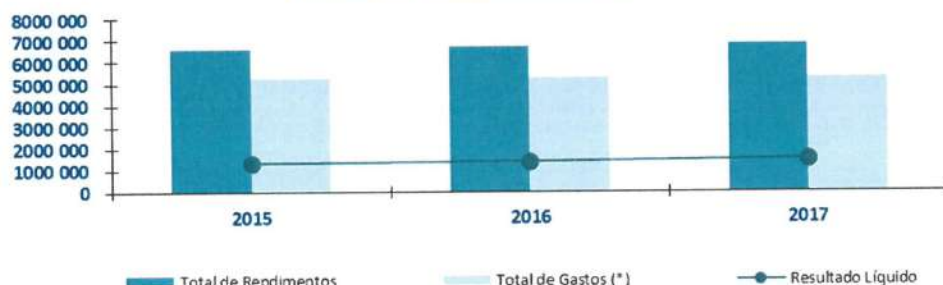
EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

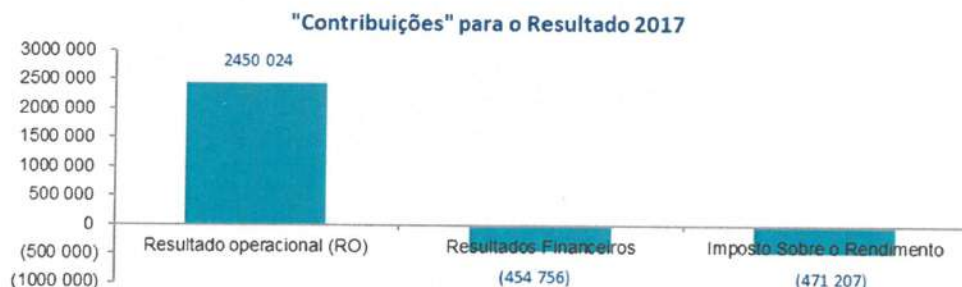
Margem EBITDA Aj = EBITDA Aj / Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

O EBITDA Ajustado teve um aumento de 258 milhares de euros (o que corresponde a +7%) face ao ano de 2016, pelo aumento do volume de negócios e diminuição de imparidade de dívidas a receber e de provisões, correspondendo a uma margem de EBITDA ajustado de 59,31%. A margem de EBIT não acompanhou esta tendência, tendo uma redução de 1,27 p.p. pelo aumento do volume de negócios superior ao aumento do resultado operacional.

Evolução dos Gastos e Rendimentos





## ANÁLISE DO BALANÇO

### Balanço

(em euros)

	2015	2016	2017	Var. %
<b>Ativo</b>				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	20 956 034	19 646 390	18 390 379	-6%
Ativos por Impostos Diferidos	501 568	448 784	362 670	-19%
Contas a Receber		3 047 110	3 047 110	0%
<b>Total dos Ativos não Correntes</b>	<b>21 457 602</b>	<b>23 142 284</b>	<b>21 800 159</b>	<b>-6%</b>
Cientes	1 425 712	1 299 121	1 382 118	6%
Contas a Receber	3 653 548	488 292	547 422	12%
Inventários	21 264	28 166	33 212	18%
Outros	3 277 497	3 147 508	2 762 541	-12%
<b>Total dos Ativos Correntes</b>	<b>8 378 021</b>	<b>4 963 088</b>	<b>4 725 293</b>	<b>-5%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>29 835 623</b>	<b>28 105 372</b>	<b>26 525 452</b>	<b>-6%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
<b>Capital Próprio</b>	<b>4 019 256</b>	<b>4 444 902</b>	<b>4 933 862</b>	<b>11%</b>
Dividas a Pagar	841 092	771 563	702 060	-9%
Financiamentos Obtidos	17 621 207	16 183 839	14 582 052	-10%
Outros	2 378 624	2 132 143	1 737 701	-18%
<b>Total dos Passivos não Correntes</b>	<b>20 840 923</b>	<b>19 087 545</b>	<b>17 021 813</b>	<b>-11%</b>
Financiamentos Obtidos	1 454 019	1 454 019	1 607 074	11%
Contas a Pagar	3 521 424	3 118 905	2 962 702	-5%
<b>Total dos Passivos Correntes</b>	<b>4 975 444</b>	<b>4 572 924</b>	<b>4 569 776</b>	<b>0%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>25 816 367</b>	<b>23 660 469</b>	<b>21 591 589</b>	<b>-9%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>29 835 623</b>	<b>28 105 372</b>	<b>26 525 452</b>	<b>-6%</b>

O Total do Ativo atingiu, no final de 2017 um total de 26.5 milhões de euros, o que representa uma redução de 1.6 milhões de euros face a 2016.

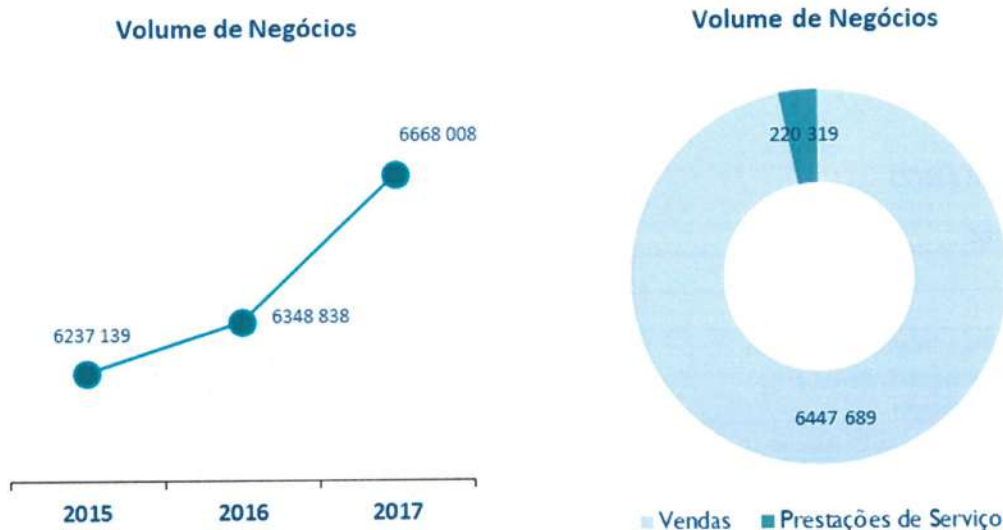
O valor dos **Ativos não Correntes** apresenta uma variação negativa 1.3 milhões de euros como resultado das amortizações dos ativos fixos.

Os **Ativos Correntes** apresentam uma variação negativa de 238 mil euros, do decréscimo das disponibilidades.



Este desempenho resulta essencialmente de:

**Volume de negócios:** aumento de 5% no total das vendas e prestações de serviços, com um impacto nos proveitos em 319 milhares de euros;

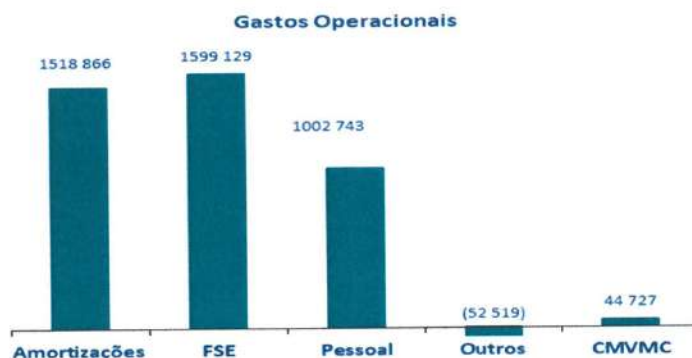


**Gastos Operacionais:** redução dos encargos com fornecimentos externos, com impacto mais significativo nos subcontratos de obras e informática;

As **amortizações** dos intangíveis encontram-se na sua quase totalidade associadas aos caudais faturados, sendo que como consequência no incremento das vendas aumentaram 124 milhares de euros.

O **Resultado Financeiro** contribuiu desfavoravelmente para o resultado líquido pelos encargos financeiros e comissões bancárias, tendo, no entanto, melhorado 22% face ao ano anterior:

- Os juros decorrentes do SWAP associado ao empréstimo reduzem 10% pelos dois reembolsos efetuados em 2017;
- redução significativa do reforço da previsão do investimento de substituição face a 2016.



A variação de 489 mil euros verificado no **Capital Próprio** é justificado pelo resultado líquido do exercício, pela distribuição de dividendos em 2017 e pela variação do justo valor do instrumento de cobertura (SWAP), líquido de imposto diferido.

Os **Passivos não Correntes** diminuíram 2.06 milhões de euros, sendo este decréscimo consequência da amortização da dívida bancária bem como do ajustamento no valor dos instrumentos de cobertura do empréstimo bancário.

O valor dos **Passivos Correntes** aumenta 3 milhares de euros via das outras dívidas pagar.

## INDICADORES

Os principais indicadores apresentam a seguinte variação:

Indicadores	(em euros)			
	2015	2016	2017	Var. %
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	34%	32%	31%	-0,69 p.p.
Rentabilidade do Ativo (%)	5%	5%	6%	0,75 p.p.
Autonomia Financeira (%)	13%	16%	19%	2,79 p.p.
Solvabilidade (%)	16%	19%	23%	4,06 p.p.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## PERSPETIVAS PARA O FUTURO

A Concessionária tem os seguintes objetivos para o ano 2018:

- Integrar o SIG na atividade quotidiana da Concessionária.
- Sensibilizar as Autarquias para a necessidade de cumprimento legal da obrigatoriedade de ligação por parte dos utilizadores com rede de distribuição de água disponível.
- Continuar da Campanha conjunta com as Autoridades Locais de Saúde com vista ao cumprimento da legislação no que se refere a consumos da restauração, hotelaria e indústrias alimentares.
- Iniciar a renovação do Sistema de Telegestão e do Sistema de Supervisão e Controlo da Estação de Tratamento de Água de Mosteiro de Fráguas.
- Reforçar, junto da Entidade Concedente, a crescente necessidade de renovação de redes de distribuição de água.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2017, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão;
- O Acionista pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da Empresa;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da Empresa;
- Os Utilizadores, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram provas no seguimento das atividades da Empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- Os Trabalhadores da Concessionária, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.



## OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2017;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2017;
- A sociedade não tem sucursais.



*Fato*  
*x* *2*

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

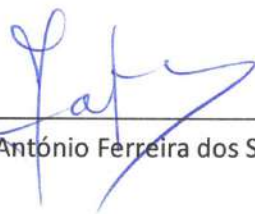
O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2017, no montante de 1.524.061 euros positivos, tenha a seguinte distribuição:

- Um montante de 76.203 euros, correspondentes a 5% do resultado, para reforço da Reserva Legal;
- Um total de 1.447.858 euros, para distribuição de dividendos;

### O Conselho de Administração



Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira



Dr. José António Ferreira dos Santos



Eng.º Narciso Antero Santinha Matias

Tondela, 16 de março de 2018

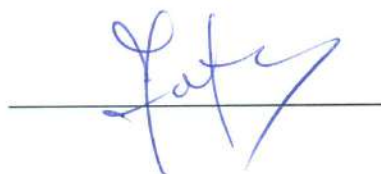


## CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E RESPETIVOS ANEXOS

Águas do Planalto, S.A.  
BALANÇO  
31 de Dezembro de 2017

Quantias em Euros

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	8	77 105	29 389
Ativos Intangíveis	7	18 313 274	19 617 001
Outros Investimentos Financeiros		1 269	726
Outras Contas a Receber	13	3 047 110	3 047 110
Ativos por Impostos Diferidos	12	361 400	448 059
		21 800 159	23 142 284
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	9	33 212	28 166
Clientes	13.1	1 382 118	1 299 121
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	250	1 573
Outras Créditos a Receber	13.3	547 172	486 719
Caixa e Depósitos Bancários	4	2 762 541	3 147 508
		4 725 293	4 963 088
<b>Total do Ativo</b>		<b>26 525 452</b>	<b>28 105 372</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital Subscrito	13.7	2 675 000	2 675 000
Reservas Legais	15.2	320 290	250 101
Resultados Transitados	15.2	1 659 334	1 659 334
Ajustamentos/Outras Variações no Cap.Pro.	13.6	(1 244 823)	(1 543 313)
Resultados Líquidos do Período	15.2	1 524 061	1 403 780
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>4 933 862</b>	<b>4 444 902</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	11	131 478	140 771
Financiamentos Obtidos	13.5	14 582 052	16 183 839
Outros Passivos Financeiros	13.6	1 606 224	1 991 371
Outras Dividas a Pagar	13.4	702 060	771 563
		17 021 813	19 087 545
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13.2	411 607	980 034
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	559 774	506 496
Financiamentos Obtidos	13.5	1 607 074	1 454 019
Outras Dividas a Pagar	13.4	1 991 322	1 632 374
		4 569 776	4 572 924
<b>Total do Passivo</b>		<b>21 591 589</b>	<b>23 660 469</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>26 525 452</b>	<b>28 105 372</b>



Conselho de Administração

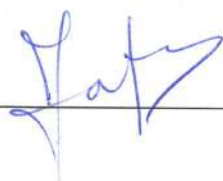



Contabilista Certificado



Águas do Planalto, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA  
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

	Notas	31/12/2017	Quantia em Euros 31/12/2016
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços Prestados	10	6 668 008	6 348 838
Trabalhos para a Própria Entidade	15.9	30 606	26 953
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(44 727)	(38 730)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.3	(1 599 129)	(1 652 684)
Gastos com o Pessoal	14	(1 002 743)	(960 748)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(500)	60 419
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	14 560	50 763
Outros Rendimentos	15.4	19 314	150 482
Outros Gastos	15.5	(116 499)	(177 758)
<b>Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>3 968 890</b>	<b>3 807 536</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.6	(1 518 866)	(1 394 410)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>2 450 024</b>	<b>2 413 126</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.7	93 703	54 663
Juros e Gastos Similares Suportados	15.8	(548 458)	(638 982)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>1 995 269</b>	<b>1 828 807</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(471 207)	(425 027)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>1 524 061</b>	<b>1 403 780</b>



Conselho de Administração




Contabilista Certificado



Águas do Planalto, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiros	Resultado Líquido do Período	Quantias em Euros Total de Capital Próprio
<b>1</b>	<b>2 675 000</b>	<b>182 543</b>		<b>1 537 451</b>	<b>(1 726 892)</b>	<b>1 351 154</b>	<b>4 019 256</b>
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>							
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>							
Constituição da Reserva Legal		67 558		1 283 597		(1 351 154)	67 558 (67 558)
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados							
Primeira adopção do Sistema de Normalização Contabilística		67 558		1 283 597		(1 351 154)	
<b>2</b>							
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Perdas líquidas em coberturas					183 579		183 579
					183 579		183 579
<b>3</b>							
<b>4</b>							
<b>5=3+4</b>							
						1 403 780	1 403 780
						1 403 780	1 587 359
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>							
Distribuições				(1 161 713)			(1 161 713)
<b>7=1+2+3+4+6</b>	<b>2 675 000</b>	<b>250 101</b>		<b>1 659 334</b>	<b>(1 543 313)</b>	<b>1 403 780</b>	<b>4 444 902</b>
<b>7</b>	<b>2 675 000</b>	<b>250 101</b>		<b>1 659 334</b>	<b>(1 543 313)</b>	<b>1 403 780</b>	<b>4 444 902</b>
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017</b>							
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>							
Constituição da Reserva Legal		70 189		1 333 591		(1 403 780)	70 189 (70 189)
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados		70 189		1 333 591		(1 403 780)	
<b>8</b>							
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Perdas líquidas em coberturas					298 490		298 490
					298 490		298 490
<b>9</b>							
<b>10</b>							
<b>11=9+10</b>							
						1 524 061	1 524 061
						1 524 061	1 822 551
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							
Distribuições				(1 333 591)			(1 333 591)
				(1 333 591)			(1 333 591)
<b>12</b>							
<b>13=7+8+9+10+12</b>	<b>2 675 000</b>	<b>320 290</b>		<b>1 659 334</b>	<b>(1 244 823)</b>	<b>1 524 061</b>	<b>4 933 862</b>
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017</b>							

Conselho de Administração



Contabilista Certificado





Águas do Planalto, S.A.  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

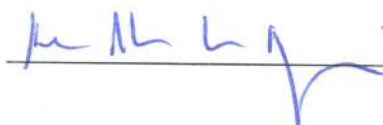
	Quantias em Euros	
	31/12/2017	31/12/2016
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de Clientes	10 375 648	9 880 425
Pagamentos a Fornecedores	(3 495 668)	(1 757 933)
Pagamentos ao Pessoal	(901 490)	(771 804)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>5 978 490</b>	<b>7 350 689</b>
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(424 663)	(419 707)
Outros recebimentos / pagamentos	(2 594 558)	(3 889 696)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>2 959 269</b>	<b>3 041 286</b>
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimento</u>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos Fixos Tangíveis	(36 607)	(4 446)
Outros Ativos	(26 649)	-
	<b>(63 256)</b>	<b>(4 446)</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Juros e rendimentos similares	751	1 093
	<b>751</b>	<b>1 093</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(62 505)</b>	<b>(3 353)</b>
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</u>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	(1 454 019)	(1 454 019)
Juros e gastos similares	(494 124)	(552 189)
Dividendos	(1 333 588)	(1 161 713)
	<b>(3 281 731)</b>	<b>(3 167 921)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>(3 281 731)</b>	<b>(3 167 921)</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>(384 967)</b>	<b>(129 988)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 147 508	3 277 497
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 762 541	3 147 508

Conselho de Administração





Contabilista Certificado



Águas do Planalto, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros exceto quando expressamente indicado de outra forma)

## 1. Identificação da Entidade

A Águas do Planalto, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água S. A. é uma sociedade anónima, constituída em 24 de abril de 1997, tendo como objeto social a exploração e gestão dos serviços de abastecimento e distribuição de água dos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, em regime de exclusividade.

A empresa tem a sua sede em Mosteiro de Fráguas – Tondela, Portugal. A Águas do Planalto é detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A., que tem a sua sede em Lisboa.

### Atividade Concessionada

Em 10 de julho de 1997 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Associação de Municípios do Planalto Beirão e a Águas do Planalto, S.A., pelo prazo inicial de 15 anos, mediante uma renda total de 4.863.279 Euros, entretanto prorrogado em dezembro de 2007 para 30 anos. O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal) teve início no dia 10 de setembro de 1997. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas do Planalto, S.A.

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração. A concedente financiará as intervenções nos sistemas existentes bem como as 1ª e 2ª fases do sistema Integrado de Abastecimento em Alta, com um preço total de 17.185.609 euros.

De acordo com o contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa.

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão o valor de 324.219 euros no 1º ano e seguintes (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

A partir de 1 de janeiro de 2007, na sequência de um aditamento ao contrato de concessão celebrado em julho de 2006 e de um posterior acordo com a Associação de Municípios do Planalto Beirão, a retribuição à concedente foi revista para 785.000 euros/ano.

A 13 de dezembro de 2007 foi assinado um novo aditamento ao contrato de concessão que estabeleceu:

- O pagamento de uma parcela fixa de 22.250.000 euros (realizado em 2007) destinado a compensar os investimentos realizados pela concedente;
- Uma renda anual de 65.000 euros a partir de janeiro de 2008 com atualizações de acordo com o contrato de concessão;
- A extensão do período da Concessão de 15 anos inicialmente previstos para 30 anos;
- A obrigação, para a Concessionária, de realizar investimentos em infraestruturas da concessão, no montante de 2.750.000 euros.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2017 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

## 3. Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não



são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

#### (a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Com exceção dos Terrenos que não são depreciables, os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista depreciar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2017	2016
Terrenos	0%	0%
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciação é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como

consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são depreciados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem. Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

#### Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.



Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

## (b) Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água). Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2017	2016
Direitos de Utilização	7,65%	6,61%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros bens Reversíveis	7,65%	6,61%

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.



Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

#### **(b.1) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada**

Para os bens (que se materializaram em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

#### **(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período**

##### **(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

*Handwritten signature and checkmark*

### (c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 29,50%. Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

### (d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(\*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



### **(e) Ativos Financeiros**

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

#### **(e.1) Clientes**

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### **(e.2) Outros Créditos a Receber**

Os outros créditos a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores, incluindo acionistas e adiantamentos a fornecedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).



### **(e.3) Caixa e Bancos**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida – ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

### **(f) Estado e Outros Entes Públicos**

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

### **(g) Rubricas dos Capitais Próprios**

#### **(g.1) Capital Subscrito**

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

#### **(g.2) Reservas Legais**

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

#### **(g.3) Resultados Transitados**

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, que de acordo com o nº 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

#### **(g.4) Ajustamentos em ativos financeiros**

Esta rubrica inclui o montante relativo à valorização do Notional referente ao contrato de Cobertura de Taxa de Juro, celebrado com o Sindicato Bancário formado pelo BPI / CGD.

#### **(h) Provisões**

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

##### **(h.1) Provisões para investimentos de substituição**

Esta rubrica inclui uma provisão para Investimento de substituição, mensurado ao custo amortizado. A empresa, vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

##### **(h.2) Outras provisões**

Esta provisão destina-se a fazer face a encargos futuros relacionados com a finalização das Obras Anexas à Concessão.

#### **(i) Passivos Financeiros**

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Passivos financeiros estão valorizados ao custo.

##### **(i.1) Financiamentos Obtidos**

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado em Outros Passivos Financeiros.

### **(i.2) Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

### **(i.3) Outras Dívidas a Pagar**

As outras dívidas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Outros credores;

e encontram-se valorizadas ao custo.

### **(i.4) Outros passivos financeiros**

Esta rubrica inclui instrumentos financeiros derivados relativamente aos quais haja cobertura efetiva nos termos da NCRF 27 (com aplicação da IAS 39).

A empresa celebrou um contrato de permuta de taxa de juro (interest rate swap), através do qual converteu a taxa de juro variável em taxa de juro fixa, com o objetivo de efetuar cobertura económica dos seus empréstimos.

Os fluxos de juros resultantes dos swaps, a receber e a pagar, são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico dos acréscimos, os resultados financeiros registados a este título correspondem ao diferencial entre (i) a taxa de juro fixa contratada e (ii) a taxa de juro variável, aplicado ao “Notional Amount”, segundo os contratos de swap.

### **(J) Efeito das alterações das taxas de câmbio**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

### **(I) Vendas e Prestações de Serviço**

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia



nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

### **(I.1) Vendas**

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

### **(I.2) Prestações de Serviço**

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

### **(m) Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

### **(m.1) Férias e Subsídio de Férias**

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

### **(m.2) Benefícios de Cessação de Emprego**

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

### **(n) Juros e gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (SWAP).

### **(o) Ativos e Passivos Contingentes**

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
  - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

### **(p) Eventos subsequentes**

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## **3.1 Juízos de valor**

### **(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

### **(b) Impostos Diferidos Ativos**

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.



Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

### 3.2. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

#### (a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

#### (b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

### (c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

## 4. Fluxos de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa constante da Demonstração de Fluxos de Caixa decompõe-se da seguinte forma:

	2017	2016
Caixa	500	500
Depósitos à Ordem	1 708 074	3 147 008
Outros Depósitos Bancários	1 053 967	-
	<b>2 762 541</b>	<b>3 147 508</b>

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

## 6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prestação de Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas do Planalto, S.A. correspondente a 100% do capital.

*Handwritten signature*

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Planalto presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Planalto recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	Juros Contratos Mútuos	Assistência técnica, aluguer de equipamentos, honorários de administração e apoio comercial.
Luságua Serviços Ambientais	-	Análises de Laboratório e trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
Aquapor Serviços	2017	63 659	391 476	17 334	35 289	3 047 110
	2016	51 771	372 734	8 390	251 769	3 047 110
Luságua Ambiente	2017	-	233 377	-	25 380	-
	2016	-	212 071	-	34 655	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2017	2016
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	98 620	96 686
Total de remunerações	98 620	96 686

## 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
<b>Custo:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2016</b>	31 875 394	17 800	268 852	10 488	32 172 534
Aumentos	115 311	-	-	-	115 311
Abates	(71 157)	-	-	-	(71 157)
<b>31 de Dezembro de 2016</b>	31 919 548	17 800	268 852	10 488	32 216 688
Aumentos	174 878	-	-	77 764	252 641
Abates	(88 224)	-	-	-	(88 224)
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	32 006 202	17 800	268 852	88 252	32 381 106

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
<b>Amortizações e Imparidade:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2016</b>	11 078 696	17 800	145 995	-	11 242 492
Amortizações	1 377 121	-	8 133	-	1 385 255
Abates	(28 059)	-	-	-	(28 059)
<b>31 de Dezembro de 2016</b>	12 427 759	17 800	154 128	-	12 599 687
Amortizações	1 493 488	-	8 777	-	1 502 265
Abates	(34 121)	-	-	-	(34 121)
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>13 887 126</b>	<b>17 800</b>	<b>162 905</b>	<b>-</b>	<b>14 067 832</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>					
A 31 de Dezembro de 2017	18 119 076	-	105 947	88 252	18 313 274
A 31 de Dezembro de 2016	19 491 789	-	114 724	10 488	19 617 001
A 1 de Janeiro de 2016	20 796 698	-	122 857	10 488	20 930 043

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Associação de Municípios do Planalto Beirão'.

## 8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
<b>Custo:</b>						
<b>1 de Janeiro de 2016</b>	30 128	101 576	154 984	94 307	68 674	449 669
Aumentos	-	-	4 238	8 315	-	12 553
Abates	-	-	(97 418)	-	-	(97 418)
<b>31 de Dezembro de 2016</b>	30 128	101 576	61 804	102 622	68 674	364 804
Aumentos	-	44 732	6 552	13 034	-	64 317
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>30 128</b>	<b>146 308</b>	<b>68 356</b>	<b>115 656</b>	<b>68 674</b>	<b>429 123</b>
<b>Depreciações e Imparidade:</b>						
<b>1 de Janeiro de 2016</b>	29 825	94 449	148 601	90 446	60 359	423 679
Depreciações	44	1 499	2 721	2 391	2 501	9 155
Abates	-	-	(97 418)	-	-	(97 418)
<b>31 de Dezembro de 2016</b>	29 869	95 948	53 904	92 837	62 860	335 416
Depreciações	44	4 664	4 242	5 688	1 963	16 601
<b>31 de Dezembro de 2017</b>	<b>29 913</b>	<b>100 612</b>	<b>58 146</b>	<b>98 525</b>	<b>64 823</b>	<b>352 018</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>						
A 31 de Dezembro de 2017	216	45 696	10 210	17 131	3 851	77 105
A 31 de Dezembro de 2016	259	5 628	7 900	9 785	5 814	29 389
A 1 de Janeiro de 2016	303	7 127	6 383	3 861	8 315	25 991

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2017	2016
12 contratos de aluguer de viaturas	60 321	99 579
	<b>60 321</b>	<b>99 579</b>

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2017	2016
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	28 609	52 580
Mais de um ano e não mais de cinco anos	31 712	46 999
Total dos Pagamentos	<b>60 321</b>	<b>99 579</b>

## 9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2017	2016
Matérias primas, Subs. e de Consumo	33 212	28 166
	<b>33 212</b>	<b>28 166</b>

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:  
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2016	21 264
Compras	45 582
Regularização de inventários	50
Existências em 31 de Dezembro de 2016	(28 166)
	<b>38 730</b>
Existências em 1 de Janeiro de 2017	28 166
Compras	49 723
Regularização de inventários	49
Existências em 31 de Dezembro de 2017	(33 212)
	<b>44 727</b>

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## 10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2017	2016
Vendas		
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	3 562 877	3 291 923
Quota Serviços Água	2 884 812	2 858 328
	<b>6 447 689</b>	<b>6 150 252</b>
Prestações de Serviços		
Fecho Água	43 290	40 809
Contratos de abastecimento	76 208	67 775
Instalação Contadores	-	58
Abertura Ramais Água	40 811	30 844
Deslocações	271	215
Outros Serviços	59 741	58 886
	<b>220 319</b>	<b>198 586</b>
	<b>6 668 008</b>	<b>6 348 838</b>

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

## 11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição
A 1 de Janeiro de 2016	150 377
Reversões do ano	(50 763)
Ajustamento temporal	41 158
A 31 de Dezembro de 2016	<b>140 772</b>
A 1 de Janeiro de 2017	140 772
Reversões do ano	(14 560)
Ajustamento temporal	5 267
A 31 de Dezembro de 2017	<b>131 478</b>

## 12. Imposto sobre o Rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2017	2016
Imposto Corrente		
IRC do ano	471 207	425 027
	<b>471 207</b>	<b>425 027</b>

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve-se a 21%.

*Handwritten signature*



A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes de impostos	1 995 269	1 828 807		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	448 935	411 482	22,50%	22,50%
Proveitos não tributáveis				
Menos Valias Fiscais	-	50 763		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	14 560	8 750		
Benefícios fiscais	-	804		
	14 560	60 317	(4,16%)	(4,74%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	65	20		
Menos Valias Contabilísticas	-	43 098		
Provisões para além limites legais	14 044	8 133		
	14 108	51 251	(4,16%)	(4,63%)
Lucro tributável	1 994 817	1 819 740		
Matéria Colectável	1 994 817	1 819 740		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	418 912	382 145	21,00%	20,90%
Tributação autónoma	7 529	5 993	0,38%	0,33%
Derrama	29 922	27 296	1,50%	1,49%
Derrama Estadual	14 845	9 592	0,74%	0,52%
	52 296	42 882	2,62%	2,34%
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>471 207</b>	<b>425 027</b>	<b>23,62%</b>	<b>23,24%</b>

As quantias de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Outras Rubricas de Capital Próprio	
	2017	2016	2017	2016
Impostos Diferidos Ativos				
Justo valor do swap	361 400	448 059	(86 658)	(53 297)
<b>Total</b>	<b>361 400</b>	<b>448 059</b>	<b>(86 658)</b>	<b>(53 297)</b>

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

### 13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos		2017	2016
Não corrente			
Outras contas a receber			
Acionistas - Contrato mútuo		3 047 110	3 047 110
		<b>3 047 110</b>	<b>3 047 110</b>
Corrente			
Clientes			
Valor Bruto		1 465 166	1 381 669
Imparidade		(83 048)	(82 548)
		<b>1 382 118</b>	<b>1 299 121</b>
Outros créditos a receber			
Adiantamentos a Fornecedores		5 775	5 775
Outros		541 397	480 944
		<b>547 172</b>	<b>486 719</b>
Instrumentos Financeiros Passivos		2017	2016
Não corrente			
Financiamentos obtidos		14 582 052	16 183 839
Outros passivos financeiros		1 606 224	1 991 371
Outras contas a pagar		702 060	771 563
		<b>16 890 336</b>	<b>18 946 774</b>
Corrente			
Fornecedores		411 607	980 034
Financiamentos obtidos		1 607 074	1 454 019
Outras dívidas a pagar		1 991 322	1 632 374
		<b>4 010 003</b>	<b>4 066 428</b>

O contrato mútuo médio/longo prazo ao acionista tem como data de vencimento no ano 2028.

Todos os ativos financeiros estão mensurados pelo custo menos imparidade.

#### 13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida					> 180 Dias
			< 30 Dias	31-60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	
Ano 2017	1 465 166	831 414	263 479	95 581	58 986	10 378	12 203	193 124
Ano 2016	1 381 669	791 701	235 772	108 262	44 577	18 767	17 113	165 478

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2017					
Clientes	82 548	-	-	500	83 048
	<b>82 548</b>	-	-	<b>500</b>	<b>83 048</b>
Exercício de 2016					
Clientes	142 967	-	-	(60 419)	82 548
	<b>142 967</b>	-	-	<b>(60 419)</b>	<b>82 548</b>

### 13.2 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Fornecedores conta corrente		
Gerais - nacionais	344 075	687 299
Gerais - países comunitários	4 900	6 214
Gerais - outras partes relacionadas	60 669	286 424
Faturas em receção e conferência	1 963	98
	<b>411 607</b>	<b>980 034</b>

### 13.3 Outros Créditos a Receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	539 494	478 080
Outros	1 903	2 864
Outros devedores		
Adiantamentos a Fornecedores	5 775	5 775
	<b>547 172</b>	<b>486 719</b>

### 13.4 Outras Dividas a Pagar

O saldo de Outras Dividas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Outras contas a pagar - não corrente		
Outros credores		
Associação Munic. Planalto - renda da concessão	702 060	771 563
	<b>702 060</b>	<b>771 563</b>
Outras contas a pagar - corrente		
Fornecedores de investimento	52 639	27 499
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	128 261	164 932
Compra de Água	817	889
Juros Encargos a Liquidar	57 762	63 581
Fornecimentos e serviços por faturar	20 000	7 500
Diversos	209 485	225 377
Outros credores		
CM Tondela - Tarifa Saneamento	179 292	18 651
CM Santa Comba Dão - Resíduos	164 887	164 143
CM Tábua - Resíduos	154 691	150 892
CM Carregal do Sal - Resíduos	149 332	142 942
CM Mortágua - Resíduos	158 449	157 352
CM Tondela - Resíduos	369 968	168 098
CM Assoc Municípios do Planalto Beirão	258 167	253 120
Associação Munic. Planalto - renda da concessão	73 901	73 482
Outros	13 671	13 915
	<b>1 991 322</b>	<b>1 632 374</b>



O saldo da rubrica 'Outros Credores – Associação de Municípios do Planalto Beirão' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

### 13.5 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	2017	2016
Não correntes		
Empréstimos bancários		
BPI	7 291 026	8 091 920
CGDI	7 291 026	8 091 919
	<b>14 582 052</b>	<b>16 183 839</b>
Correntes		
Empréstimos bancários		
BPI	803 537	727 010
CGDI	803 537	727 010
	<b>1 607 074</b>	<b>1 454 019</b>

### 13.6 Outros Passivos Financeiros

O saldo de Outros Passivos Financeiros decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Derivados com cobertura eficaz		
"Swap" de taxa de juro	1 606 224	1 991 371
	<b>1 606 224</b>	<b>1 991 371</b>

No âmbito da gestão operacional da sua atividade, a Águas do Planalto, S.A. contratou um financiamento a taxa de juro variável, com o Banco Português de Investimento e com a Caixa Geral de Depósitos, e utiliza o contrato de permuta de taxa de juro para fazer a cobertura económica dos juros a pagar até 15 de novembro de 2025. A empresa Águas do Planalto, S.A. pretendeu assim cobrir o risco de taxa de juro decorrente da imprevisibilidade da evolução futura dos mercados financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa apresenta um contrato de permuta de taxa de juro variável por taxa fixa com o BPI e com a CGD, como se segue:

O nocional do contrato de swap em 31 de dezembro de 2017 ascende a 3.941.157 euros (2016: 4.304.662 euros) e o correspondente justo valor (valor a pagar no caso de resolução do contrato de swap) àquela data, é de cerca de 1.606.224 euros (2016: 1.991.371 euros) a favor da entidade bancária.

O justo valor do swap refletido na rubrica de Capital Próprio, líquido de Imposto Diferido é de 1.244.823 euros.

As quantias resultantes da alteração de justo valor de instrumentos de cobertura que foram reconhecidas no capital próprio durante o período são as indicadas no quadro seguinte:

Ano de 2017	2016	Varição de justo valor	2017
Ajustamentos em Ativos e passivos financeiros			
Varição em Passivos			
Derivados com cobertura eficaz			
“Swap's” de taxa de juro variável	1 991 371	(385 148)	1 606 224
Imposto Diferido	(448 058)	86 658	(361 400)
	<b>1 543 313</b>	<b>(298 490)</b>	<b>1 244 823</b>

Ano de 2016	2015	Varição de justo valor	2016
Ajustamentos em Ativos e passivos financeiros			
Varição em Passivos			
Derivados com cobertura eficaz			
“Swap's” de taxa de juro variável	2 228 247	(236 876)	1 991 371
Imposto Diferido	(501 356)	53 297	(448 058)
	<b>1 726 891</b>	<b>(183 579)</b>	<b>1 543 313</b>

### 13.7 Capital Subscrito

As quantias do capital social subscrito e do capital por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2017	2016
Capital social nominal emitido e subscrito		
Aquapor - Serviços, S.A.	2 675 000	2 675 000
	<b>2 675 000</b>	<b>2 675 000</b>

O capital social emitido é composto por 535.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

### 13.8 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2017:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
97/122/43599	BPI	2 432 786		Assoc. Municípios Planalto Beirão	Gestão da Concessão
98/189/50464	BPI	7 500	Cartões galp frota	Petrogal	Cartões de combustíveis

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

### 13.9 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
- Risco de taxa de juro
- Risco de taxa de câmbio
- Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

#### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). Tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

*Handwritten signature/initials in blue ink.*



A Empresa tem contratado um contrato de Swap por forma a mitigar o risco de taxa de juro.

A evolução nas taxas de juro foi a seguinte:

<b>Evolução das taxas do mercado monetário na zona Euro</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Euribor 12M	-0,188%	0,080%
Euribor 6M	-0,271%	-0,218%
Euribor 3M	-0,326%	-0,316%
Fonte: Banco BPI		

#### Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

### **14. Gastos com Pessoal**

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Remunerações do Pessoal	788 274	751 259
Encargos sobre Remunerações	166 561	159 575
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	9 648	7 900
Gastos de ação social	28 100	27 238
Outros gastos com o Pessoal	10 160	14 775
	<b>1 002 743</b>	<b>960 748</b>

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2017 foi de 55 (2016: 55 pessoas).

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## 15. Outras Informações

### 15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Saldo a Receber		
Retenções Imposto sobre Rendimento	250	364
IVA	-	1 209
	<b>250</b>	<b>1 573</b>
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	471 207	425 027
Retenções Imposto sobre Rendimento	5 871	5 932
IVA	14 306	7 181
Outros Impostos	-	1 219
Contribuição para a Segurança Social	11 534	11 770
Outras Tributações	56 855	55 367
	<b>559 774</b>	<b>506 496</b>

### 15.2 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	182 542	1 537 451	1 351 155	3 071 148
Constituição da Reserva legal	67 559	-	-	67 559
Dividendos	-	(1 161 714)	-	(1 161 714)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	1 283 597	(1 351 154)	(67 558)
Resultado do ano	-	-	1 403 780	1 403 780
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>250 101</b>	<b>1 659 334</b>	<b>1 403 780</b>	<b>3 313 215</b>
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	250 101	1 659 334	1 403 781	3 313 215
Constituição da Reserva legal	70 189	-	-	70 189
Dividendos	-	(1 333 591)	-	(1 333 591)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	1 333 591	(1 403 780)	(70 189)
Resultado do ano	-	-	1 524 061	1 524 061
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>320 290</b>	<b>1 659 334</b>	<b>1 524 061</b>	<b>3 503 685</b>

### 15.3 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Subcontratos	390 084	463 341
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	430 199	379 936
Publicidade e propaganda	3 014	4 325
Vigilância e segurança	5 161	5 942
Honorários	5 930	6 318
Comissões	8 419	8 894
Conservação e reparação	118 147	151 415
Outros	9 791	8 532
Materiais		
Ferramentas e utensílios	2 500	5 096
Material de escritório	2 347	1 792
Artigos para oferta	-	381
Energia e Fluidos		
Eletricidade	222 650	199 909
Combustíveis	60 851	55 433
Água	11 706	10 385
Outros Fluidos	60 869	57 363
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	809	1 175
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	98 305	80 574
Comunicação	69 396	100 469
Seguros	37 581	51 697
Contencioso e notariado	1 144	2 226
Despesas de representação	5 738	1 323
Limpeza, higiene e conforto	7 305	8 058
Outros	47 184	48 102
	<b>1 599 129</b>	<b>1 652 684</b>

### 15.4 Outros Rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Rendimentos Suplementares		
Cedências	361	638
Outros	11 856	93 234
Ganhos em Inventários	-	95
Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros		
Outros	510	8 500
Outros		
Encargos com cobranças	6 580	3 133
Diferenças Pagamentos	8	2 525
Outros não especificados	-	42 358
	<b>19 314</b>	<b>150 482</b>



### 15.5 Outros Gastos

A rubrica Outros Gastos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Impostos	35 544	33 940
Dívidas incobráveis	23 853	99 069
Perdas em Inventários	100	45
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		
Abates	54 103	43 098
Outros		
Outros Não Especificados	2 899	1 605
	<b>116 499</b>	<b>177 758</b>

### 15.6 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	16 601	9 155
Ativos Intangíveis	1 502 265	1 385 255
	<b>1 518 866</b>	<b>1 394 410</b>

### 15.7 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Juros Obtidos		
De outras aplicações de Meios Financeiros Líquidos	1 001	1 095
Atraso de pagamento de clientes	9 462	7 287
Outros Rendimentos Similares		
Outros proveitos e ganhos financeiros	83 239	46 281
	<b>93 703</b>	<b>54 663</b>

### 15.8 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	485 507	541 474
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	19 630	19 588
Comissões Garantias	17 208	17 199
Renda da concedente	4 839	3 797
Ajustamento temporal de provisão	5 267	5 267
Outros	16 008	51 658
	<b>548 458</b>	<b>638 982</b>

### 15.9 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	30.606	26 953
	<b>30 606</b>	<b>26 953</b>

### 16. Aspetos Ambientais

Em 2017 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2017 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgado qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

### 17. Acontecimentos Após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 16 de março 2018.

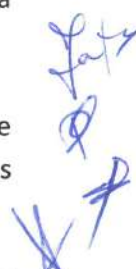
Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração da casa-mãe.

Desde 31 de dezembro de 2017 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

### 18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2017, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos



contabilizados em 31 de dezembro de 2017, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2018, nos prazos legais.

**Conselho de Administração**



**Contabilista Certificado**





## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Planalto – Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A., (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 26.525.452 euros e um total de capital próprio de 4.933.862 euros, incluindo um resultado líquido de 1.524.061 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas do Planalto – Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

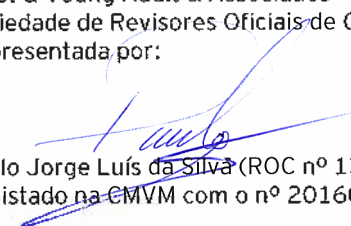
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 10 de abril de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)  
Registado na CMVM com o nº 20160944

## **Relatório e Parecer do Fiscal Único**

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Planalto - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros [se existentes];
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



## **Parecer do Fiscal Único**

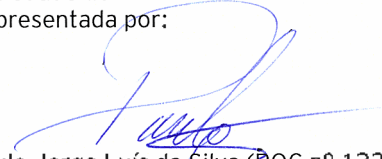
Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Águas do Planalto - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. (a Entidade) nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2017 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos sócios previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2017 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2017, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 10 de abril de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)  
Registado na CMVM com o nº 20160944